

**GÊNERO E CIÊNCIA: PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO A PARTIR DA
PRÁTICA EDUCATIVA.
GENDER AND SCIENCE: TRANSFORMATION PERSPECTIVES FROM THE
EDUCATIONAL PRACTICE.**

*Maria Suzana Souza Leite*²⁸

*Vanessa Lins Barreto*²⁹

Resumo

O presente artigo reflete acerca da relação desigual de gênero, que se configura nos diversos âmbitos da sociedade, analisando como as construções sociais de tais desigualdades têm rebatido na inferiorização do feminino e suas consequências para esfera da ciência, uma vez que tende a limitar a mulher ao âmbito privado, da reprodução, ou somente destinar sua capacidade intelectual a área de humanas, afastando a ideia de que as habilidades não são inerentes aos sujeitos, mas também partem de construções advindas de interesses pessoais e vivências. A partir disso, nos detemos a discorrer acerca da educação enquanto espaço para propagação de valores não sexistas, responsabilizando também esta esfera pela construção de papéis iguais para homens e mulheres e, o conseqüente ingresso e visibilidade da figura feminina no espaço científico.

Palavras-chave: Gênero. Ciência. Educação. Patriarcado. Mulheres.

Summary

This article reflects on the unequal relationship of gender, which is configured in different spheres of society, analyzing how social constructions of such inequalities have folded in the female inferiority and its consequences for the sphere of science, since it tends to limit women to the private sphere, reproduction, or only intended his intellectual capacity area of human, away from the idea that the skills are not inherent to the subjects, but also run constructions arising from personal interests and experiences. From this, we stop to discourse about education as an area for the propagation of non-sexist values, also blaming this sphere by building equal roles for men and women, and the consequent entry and visibility of the female figure in the scientific space.

Keywords: Gender. Science. Education. Patriarchate. Women.

I. Introdução

O presente trabalho pretende uma análise e reflexão acerca dos condicionantes das desigualdades de gênero, compreendendo-os como socialmente construídos. Pretende ainda

²⁸ Professora substituta da Faculdade de Serviço Social (FASSO/UERN).

²⁹ Bacharel em Serviço Social (FASSO/UERN).

discorrer a respeito da relação destas desigualdades com a invisibilidade das mulheres no espaço científico.

A partir disso, torna-se salutar explicar que a categoria gênero surgiu para explicar que o ser homem e ser mulher encontram-se condicionados a uma construção social e não se estabelece fundamentado em fatores biológicos. Segundo Diniz:

[...] a construção desses papéis, reserva a mulher à condição de subordinação, inferioridade que se expressa de várias maneiras, seja pelo trabalho desvalorizado, desqualificado, ou ainda a subordinação ao modelo sexista/androcêntrico, que relega à mulher a condição de gênero inferior, e conseqüentemente tendo menos acesso aos espaços culturalmente determinados ao homem. (2009, p. 09).

Nesse sentido, faz-se um retrato de como o patriarcado tem fundamentado as construções desiguais de gênero e como tais determinações tem limitado o desenvolvimento das mulheres, principalmente na esfera da ciência.

Ainda explana-se os caminhos encontrados para a desconstrução dessas ideias sexistas que tem contribuído para as limitações do conhecimento científico fundamentalmente na realidade brasileira.

II. Metodologia

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma análise sob o enfoque dialético e aspectos do ponto de vista da totalidade, uma vez que compreendemos não ser possível a apreciação do que propomos aqui sem fazer uso das perspectivas preconizadas por um método de estudo da realidade que a discrimine a partir de todos os elementos que a constitui.

Nesse sentido, adotaremos na pesquisa esta perspectiva metodológica a fim de concretizar uma análise sob a ótica do materialismo histórico dialético pensado por Marx, uma vez que do ponto de vista do método, esta abordagem “trabalha com a valorização [...] da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos” (MINAYO, 2007, p. 24).

Partindo-se disso utilizaremos técnicas de análise que cremos ser capazes de nos conceder clareza acerca do que nos propomos discorrer. Para a análise da temática utilizaremos da pesquisa bibliográfica, uma vez que consentimos que esta se configura em um método de análise de informações e conhecimentos cujo resultado encontra-se diretamente vinculado à produção

daquilo que é novo, a fim de expandir o campo de conhecimentos assegurando uma fundamentação das análises de forma mais precisa.

A partir dessa perspectiva objetivamos estudar as produções de alguns(mas) autores que consideramos ter contribuições relevantes no que diz respeito a discussão das desigualdades entre homens e mulheres socialmente instituídas e seus rebatimentos na esfera da educação, oferecendo as bases teóricas para que desvendemos de que maneira isso tem rebatido no distanciamento da mulher da esfera científica e tecnológica.

Diante do exposto que balizamos esta proposta de pesquisa indicamos uma abordagem qualitativa uma vez que cremos não ser possível quantificar significados, concepções, aspirações, valores e atitudes (MINAYO, 2007). O conhecimento está para além do que é objetivo, na verdade, o encontro com este acontece quando passamos a analisar a realidade para além do que eles aparentam ser, eles são a totalidade que os constituí.

III. O sistema patriarcal como condicionante da desigualdade entre homens e mulheres.

Durante muito tempo o patriarcado tem estimulado a construção social das desigualdades entre homens e mulheres. Apesar de não se ter precisão acerca de seu surgimento, Lerner (1986) estipula que o processo de construção da sociedade patriarcal encontra-se datado em aproximadamente 3.100 a.C., efetivando em cerca do ano 600 a.C. as desigualdades entre homens e mulheres, conforme nos apropriamos atualmente.

Inicialmente o sistema patriarcal aparece a fim de designar a estrutura familiar em que o homem denominado patriarca - pai e chefe da família - mantinha uma relação de dominação a que a mulher e filhos encontravam-se subjugados. Essa nomenclatura foi utilizada ainda o para especificar as relações existentes entre aqueles grandes proprietários de terras para com os membros de sua família e todas as pessoas que moravam em sua propriedade.

Destarte, percebe-se que a figura masculina tinha um papel de superioridade, subordinando a figura feminina a seus mandos e desmandos, à opressão. Todavia, não podemos restringir o patriarcado apenas a um sistema de submissão.

O patriarcado também está imbricado a um mecanismo de exploração, uma vez que o Modo de Produção Capitalista tem se apropriado das desigualdades culturalmente construídas para expropriar cada vez mais, para se sobressair. Podemos percebê-lo ao passo que na esfera do

trabalho reprodutivo (doméstico), a mulher é responsabilizada e não é reconhecida enquanto colaboradora da vigência do sistema econômico a que se faz menção. Essa desigualdade também se faz presente no âmbito produtivo através da precarização do trabalho feminino. A partir disso, Saffioti explana que “Enquanto a dominação pode ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”. (1987, p. 50).

O movimento Feminista tem um papel importante no entendimento do patriarcado, uma vez que se utiliza de estudos para abordar as relações de desigualdade entre os gêneros, nos mais diversos aspectos, como por exemplo: a forma de dominação do homem sobre a mulher, as divisões de tarefas em que se destina o espaço privado para a mulher e a esfera pública para o homem. Este movimento vem reafirmar que homens e mulheres são biologicamente distintos, contudo, a partir das determinações do patriarcado, tais diferenças são transformadas em desigualdades.

Patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres, com poderes desiguais, é ele que traz as ferramentas explicativas para as desigualdades. As diferenças sexuais presentes no ser macho e ser fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres. (SAFFIOTI, 2001).

Deste modo, a desigualdade da relação e divisão de papéis sociais para homem e mulher acaba sendo reproduzida culturalmente, inclusive no espaço formal de educação, uma vez que este ambiente encontra-se imbricado dos (des)valores socialmente construídos. Todavia, este, por sua vez, deveria propor o desmonte destas relações de desigualdade, porém tem se tornado uma importante ferramenta na continuidade desta cultura machista em que a figura feminina deve encontrar-se subjugada à masculina.

Partindo desse entendimento, o surgimento de algumas normatizações no Brasil, porém, tem representado um significativo avanço na construção de uma perspectiva inovadora que diz respeito à construção de um novo conceito de educação. Isto tem início com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente, em 1996, com a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Todavia, estes importantes instrumentos normativos não conseguiram superar os aspectos determinantes da educação desigual de gênero, assim como as consequências a que isso condiciona.

A violência de gênero, a feminização do processo de pauperização e, por conseguinte, o restrito acesso a educação formal, aos altos salários e as melhores e mais estáveis ocupações no

mundo do trabalho e, além disso, nos cargos políticos - essas são determinações culturais que apresentam-se ainda na contemporaneidade e invisibilizam o feminino enquanto sujeito partícipe das transformações social.

A reprodução da ordem social e a determinação de atribuições desiguais para homens e mulheres, conforme explicitamos anteriormente têm rebatido em todos os espaços, no entanto, iremos nos deter a esfera da educação, já que a compreendemos como uma importante ferramenta que pode ser utilizada a partir de duas perspectivas distintas e excludentes, conforme Porro e Orango (2011) são elas: educação enquanto mecanismo de transformação ou de manutenção do socialmente instituído. Nesse sentido, nos restringiremos a discutir a relação entre gênero e conhecimento científico.

IV. Mulheres e conhecimento científico: contribuições para análise.

É sabido que por um longo período as mulheres estiveram invisíveis para o mundo da ciência, todavia, isso não significa que elas não participavam da produção de conhecimento científico, muito pelo contrário, segundo Aquino (2006) o feminismo se dedicou, sobretudo na década de 1970, em traçar um resgate de importantes cientistas que tiveram brilhante atuação da Grécia antiga até a atualidade. No ponto de vista da autora “a vida e obra dessas mulheres têm servido igualmente de modelo para estimular jovens meninas ao ingresso em carreiras científicas” (p.11).

Porém, essa realidade não costuma ser disseminada nos inúmeros espaços sociais. Em contraposição a isso, a ideia mais difundida é de que as mulheres não têm atuação relevante nessa área e que estas devem dedicar-se a campo de conhecimento das humanidades, enquanto os homens devem eleger a ciência e a tecnologia como espaço prioritário de sua atuação. Esta realidade não nos é estranha uma vez que está condicionada a determinações culturais de tratamento desigual de gênero, conforme explicitamos acima.

A incorporação crescente das mulheres em atividades científicas podem ser confirmadas, desde 1997, entre pesquisadores e líderes de grupos de pesquisa cadastrados na base Lattes do CNPq: neste dois subgrupos, a proporção de mulheres, em 2002, era respectivamente de 45,7% e 40,7%. Elas estão mais concentradas em algumas áreas, tais como Ciências da Saúde (54,7%) e as Ciências Biológicas (51,9%), além das Ciências Humanas (60,0%) [...] (AQUINO, 2006, p.13).

Apesar das afirmativas demonstradas nos dados anteriores, é inegável que ao longo dos anos o tratamento desigual de gênero tem trazido reflexos também para o espaço da educação formal, determinando profissões femininas e masculinas³⁰. A docência, em especial na educação básica - que, por sua vez trata-se da área da educação menos valorizada socialmente e conseqüentemente de baixa remuneração - tem sido claramente assumida pelo gênero feminino. Enquanto para o homem tem-se elegido o espaço de maior status social, a ciência e a tecnologia.

Por outro lado, mesmo aquelas mulheres que têm se dedicado as carreiras relacionadas à ciência e a tecnologia têm enfrentado dificuldades no exercício da profissão, por inúmeros fatores, sejam eles pela ausência de credibilidade no trabalho daquela estudiosa pelo fato dela ser mulher, ou ainda que esta mulher esteja atuando na área seu trabalho não se torna visibilizado. (TABAK, 2002, P. 183).

Nos países desenvolvidos esta realidade é um pouco melhor quando comparado as nações subdesenvolvidas. Logo, são inúmeros os desafios do Brasil para superar o atraso em que se encontra referente a discrepância concernente ao avanço científico e tecnológico, principalmente quando diz respeito as desigualdades de gênero nesta esfera.

Na concepção de estudiosos tais como Porro e Arango (2011) e Vianna (2003), a qualidade do ensino na perspectiva de gênero é uma excelente forma de reverter esse quadro. Trata-se de atenuar a perpetuação de ideias tendenciosas de desigualdade de gênero. Para tanto faz-se necessário compreender o significado da educação sexista que temos hoje, entendendo que essa determinação encontra-se condicionada aos aspectos culturais que,

“[...] hierarquiza e naturaliza as diferenças entre os sexos, reduzindo-as às características físicas tidas como naturais e, portanto, imutáveis. Supõe criticar os vários estereótipos que justificam a permanência da desigualdade entre os sexos. Exige também superar as hierarquias que apresentam significados masculinos e significados femininos como categorias excludentes e que afirmam o status inferior das características femininas. (VIANNA, 2003, p. 49 e 50).

Faz-se necessário estimular atitudes mais positivas atinentes ao encorajamento das mulheres para que estas escolham cursos de ciências mais exatas e sintam-se partícipes do processo de aprimoramento da ciência e dos avanços tecnológicos. Para tanto, a discussão acerca do gênero e deste atrelado ao desenvolvimento científico deve ser disseminada nas diversas

³⁰ Estas profissões geralmente encontram-se relacionadas as características que homens e mulheres devem se enquadrar.

modalidades de educação e, além disso, é necessário considerar a necessidade de adoção transversal do entendimento de gênero como uma política de governo, contribuindo, deste modo, para a que as mulheres utilizem inteiramente seu potencial humano. Aquino (2006) completa:

É preciso influir nos currículos escolares, nas estratégias pedagógicas e no material didático de forma a romper com o ciclo de reprodução da dominação simbólica que repercute nas escolhas profissionais. [...] As estratégias não podem se limitar ao estímulo de meninas ao ingresso nas carreiras científicas. [...] É necessário incluir os meninos e as meninas, mas também os professores, no sentido de mudar concepções e práticas. (p.16).

A partir das considerações expostas, podemos mensurar que apesar da superação da educação sexista ser algo desafiador não encontra-se impossibilitada de fazê-lo. Pelo contrário, já se tem inúmeras alternativas para superar essa problemática e destituir a influência de mecanismos discriminatórios e reducionista que inviabilizam o desenvolvimento científico pela supressão da competência intelectual das mulheres.

V. Notas conclusivas

Diante da exposição torna-se possível ponderar que as determinações culturais preconizadas pelo patriarcado, - que se fundamentam nas relações de desigualdade entre homens e mulheres, e que estas encontram-se condicionadas a subserviência - apesar de estar datado nas épocas mais remotas, esta relação ainda se sustém na sociedade contemporânea.

É esta relação de desigualdade que fundamenta o patriarcado e que tem sido construída socialmente que acaba também por determinar a distribuição desigual de papéis sociais para homens e mulheres e mais que isso. Tais construções têm limitado a participação da figura feminina na esfera da produção, condicionando os espaços em que a mulher pode estar e, neste jogo de determinações desiguais o âmbito da ciência tem sido expropriado desse público, ocasionando limitações infundadas inclusive no que concerne ao desenvolvimento científico.

Neste sentido, a educação tem sido o espaço que pode proporcionar a disseminação de ideais que não sexistas e que possibilite uma prática educativa igualitária, que incentive o público feminino a participar da construção do conhecimento científico destituindo assim sua “inaptidão” para esta área e propondo ideais de sociedade fundamentados na igualdade de gênero.

Referências

AQUINO, Estela M. L. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. IN: **Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Silenciosas e silenciadas**: Descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009.

LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. New York, Oxford University Press. 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

PORRO, Silvia; ORANGO, Claudia. A importância da perspectiva do gênero no ensino das ciências na América latina. IN: **CTS e Educação Científica**: desafios, tendências e resultados de pesquisa. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero e patriarcado**. Inédito, jan/2001.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VIANNA, Cláudia. Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino. IN: **Gênero e Educação**: caderno de apoio para a educadora e o educador. Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo: Fundação da Biblioteca Nacional, 2003.